



---

## A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024: DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS

---

THE INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION AND  
THE NATIONAL EDUCATION PLAN 2014-2014:  
GUIDELINES, GOALS AND STRATEGIES

---

LA INTERNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR Y  
EL PLAN NACIONAL DE EDUCACIÓN 2014-2024:  
DIRETRICES, METAS Y ESTRATEGIAS

---

*Pablo Pereira*<sup>1</sup>  
*Marcia Regina Selpa Heinzle*<sup>2</sup>

### RESUMO

A globalização suscitou, no século XXI, uma crise pluridimensional, a qual afeta as políticas públicas educacionais, as funções da universidade, enquanto centro produtor do conhecimento, e, por conseguinte, a comunidade acadêmica. Com base nesse contexto, pretendeu-se neste artigo identificar os conceitos de internacionalização da Educação Superior no Plano Nacional de Educação 2014-2024, à luz da concepção de universidade historicamente implantada no Brasil, assim como a criação da Universidade Federal de Integração Latino-Americana. Para isso, a pesquisa se deu pelo teor documental e também pela revisão de literatura produzida neste século. Constatou-se, por meio deste estudo, que o conceito da integração internacional e a mobilidade acadêmica são a principal perspectiva de internacionalização. Dessa forma, a sobrevivência das universidades, em meio à crise global, depende da promoção de um trabalho docente cosmopolita e de um novo modelo de universidade, pautado na interculturalidade e na integração internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Internacionalização da educação superior. Plano Nacional de Educação. Modelos de universidade. Trabalho docente.

### ABSTRACT

The globalization in the 21<sup>st</sup> century provoked a multidimensional crisis, affecting the educational public policies, the functions of the university as being the center of knowledge production, and, consequently, the academic community. Based on this context, this article intended to identify the concepts of internationalization of Higher Education in the National Education Plan 2014-2024, in the light of the model of university historically implanted in Brazil, as well as the creation of the Federal University of Latin American Integration. So, the research was based on documentary content and also on the literature review produced in this century. Findings reveal that the concept of international integration and the academic mobility are the main perspective of internationalization. Thus, the survival of universities in the midst of the global crisis depends on the

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: [pablo.professor@gmail.com](mailto:pablo.professor@gmail.com) - ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6755-2174>

<sup>2</sup> Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora e Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação FURB. E-mail: [selpamarcia@gmail.com](mailto:selpamarcia@gmail.com) ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2299-8065>

**Submetido em:** 07-03-2017 / **Aceito em:** 22-03-2017 / **Publicado em:** 14-04-2017.

promotion of a cosmopolitan teaching work and a new model of university, based on an interculturality and international integration.

**KEYWORDS:** Internationalization of higher education. National Education Plan. University models. Teacher's work.

### RESUMEN

La globalización suscitó, en el siglo XXI, una crisis pluridimensional, la cual afecta las políticas educativas, las funciones de la universidad, mientras centro productor del conocimiento, y, por lo tanto, la comunidad académica. Con base en ese contexto, se pretendió en este artículo identificar los conceptos de internacionalización de la Educación Superior en el Plan Nacional de Educación 2014- 2024, a la luz de la concepción de universidad históricamente implantada en Brasil, así como la creación de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana. Para eso, la investigación se dio por el tenor documental y también por la revisión de literatura producida en este siglo. Se constato, por medio de este estudio, que lo concepto de la integración internacional y la movilidad académica son la principal perspectiva de internacionalización. La supervivencia de las universidades, en medio de la crisis global, depende de promover una labor docente cosmopolita y un nuevo modelo universitario, basado en la interculturalidad y la integración internacional.

**PALABRAS-CLAVE:** Internacionalización de la educación superior. Plan Nacional de Educación. Modelos universitarios.

### INTRODUÇÃO

A movimentação intencional de professores e estudantes entre centros de saber, cujo objetivo principal era o conhecimento, deparou-se, na Idade Média, com inúmeras alterações na constituição de comunidades, na delimitação de fronteiras territoriais e na formação de nações. Esses movimentos acadêmicos deixaram suas marcas na construção das primeiras universidades, fazendo com que estas fossem internacionais desde o princípio (PEREIRA; PASSOS, 2015).

Foi, porém, a partir da relação com a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão, característica primeira da universidade moderna, que essa mobilidade acadêmica acabou por se institucionalizar e se incorporar à internacionalização da Educação Superior, a qual, ora evidenciada por novos conceitos, ora reformulada enquanto suas práticas, desenvolveu-se e se transformou em protagonista no âmbito da atual sociedade do conhecimento (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

Essa universidade moderna, a qual teve origem, principalmente no que tange a pesquisa científica, na organização da Universidade de Berlim, em 1808 (PEREIRA, 2009), firmou-se em meio à sociedade capitalista e à globalização, o que explica o protagonismo da internacionalização nas políticas públicas do século XXI e a importância de se pensar em um novo modelo de universidade declaradamente pautado na interculturalidade e na integração internacional.

Com base nesse contexto, pretende-se neste artigo identificar os conceitos de internacionalização da Educação Superior no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, à luz do modelo de universidade historicamente implantado no Brasil, assim como a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Para isso, optou-se pela pesquisa de teor documental e pela revisão de literatura produzida neste século.

## **INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Ao se delimitar a produção bibliográfica, referente aos estudos publicados neste século, acerca dos conceitos de internacionalização, legitima-se a relação existente entre a internacionalização da Educação Superior e o avanço da globalização na última década. Afinal, foi a partir do século XXI que a globalização suscitou, de forma aligeirada, uma crise pluridimensional, que é de sentidos, de valores e de paradigmas, afetando, com isso, as funções da educação, enquanto formação e produção do conhecimento (DIAS SOBRINHO, 2005).

Em virtude disso, percebe-se uma inegável interferência dessa crise global nos conceitos de internacionalização, nas políticas públicas nacionais e, por conseguinte, no trabalho docente. Logo, seja na construção de conceitos e de políticas educacionais, seja no desenvolvimento estratégico de programas de cooperação internacional, a análise de textos produzidos neste período dimensiona com clareza as incertezas, as questões em aberto e as dificuldades da comunidade acadêmica, que já está, por outro lado, habituada com o *ethos* do dissenso e do descontentamento. E por isso não faz da crise um problema sem soluções; ao contrário, esse fenômeno é sua força e sua fonte de motivação (DIAS SOBRINHO, 2005).

Um dos exemplos disso se materializou no livro “A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento”<sup>3</sup>. Nele os autores apontam para uma perspectiva otimista, realista e esperançosa, ao defender o ressurgimento da internacionalização enquanto quarta missão da universidade e seu fecundo inter-relacionamento com a pesquisa, o ensino e a extensão (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012). Tal defesa se pauta na capacidade que a internacionalização tem de mobilizar a universidade para o cumprimento dos seguintes objetivos:

- reforçar projetos conjuntos e integradores;
- dar maior dimensão às suas atividades de formação, de pesquisa e de inovação;
- conduzir uma agenda própria de diplomacia cultural universitária;
- contribuir para a consolidação de Espaços Integrados do Conhecimento. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p. 145).

Os autores demonstram, com base nesses objetivos, a importância da relação interindividual, da igualdade, do plurilinguismo e da multiculturalidade promovida pelos trabalhos em grupo. Mais do que isso, defendem que a dinâmica realizada em conjunto estimula a criação de projetos de investigação e de redes temáticas, proporcionando, assim, a vivência dos atores universitários no plano da universalidade.

<sup>3</sup> A obra, publicada em 2012 e concedida em coautoria, é resultado de um processo de internacionalização universitária, quando da obtenção de uma bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por Fernando Seabra Santos (ex-Reitor da Universidade de Coimbra), de Professor Visitante do Exterior, na Universidade de Brasília, com duração de um ano, entre 2011 e 2012, período no qual ele e o professor Naomar de Almeida Filho (Reitor *pro-tempore* da Universidade Federal do Sul da Bahia) desenvolveram os estudos acerca do tema em análise.

Dessa integração, da diversidade cultural com a universalidade científica por meio de suas várias formas de internacionalização, é que as universidades se compõem e se posicionam no atual mundo globalizado (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012). Posicionamento este que, segundo Stallivieri (2002, p. 3), “trata-se de uma questão de sobrevivência, ou seja, é necessário internacionalizar para poder competir em níveis de igualdade com as melhores instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras”.

Vale ressaltar, no entanto, que essa necessidade de sobrevivência não é exatamente uma novidade no cotidiano das universidades. Essa busca contínua por se posicionar, de maneira autônoma, em meio aos desafios sócio-político-econômicos de seu tempo, e até mesmo por uma identidade, é intrínseca à universidade, na qualidade de centro produtor do conhecimento. Segundo Pereira (2009, p. 45),

[...] a universidade é uma instituição que – em todos os tempos – sabiamente se coloca no seu tempo, a serviço deste e prospecta o futuro de seu tempo, sem ter vendido a sua alma, ou seja, conservando a função que lhe é própria. Talvez essa seja a sua invencibilidade e talvez seja essa a luta que deverá empenhar hoje, para fazer frente a demandas muito mais díspares, mais imediatas e menos conciliatórias que enfrenta.

Assim, ao se associar o caráter de integração internacional (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012) à necessidade de cooperar para competir (STALLIVIERI, 2002) frente às demandas da atualidade, evidencia-se que a internacionalização da Educação Superior baseia-se “em dois princípios contraditórios: a solidariedade internacional e a concorrência em um mercado global de educação e conhecimento” (AZEVEDO; CATANI, 2013, p. 285).

Isso explica a complexidade na tarefa de se conceituar a internacionalização universitária neste momento de aceleração global, pois formas e estratégias de mobilidade acadêmica, por exemplo, se analisadas isoladamente, podem resultar apenas em números disponíveis ao mercado econômico, silenciando assim a magnitude da solidariedade proposta por Espaços Integrados de Conhecimento, a exemplo do Espaço Europeu de Instrução Superior (EEIS), intimamente relacionado com o Processo de Bolonha que, “em suas declarações, busca valorizar e ampliar a qualidade na formação superior das próximas gerações” (RIEDO; PEREIRA, 2008, p. 44).

Neste ponto, talvez o conceito, em que se explicitam as principais finalidades da internacionalização, apresentado por Pereira e Passos (2015), corrobore com os princípios contraditórios – solidariedade e competição – sem transformá-los em oximoros. Isto é, a internacionalização da educação teria na cooperação internacional uma ferramenta que propicia “qualidade do ensino, da pesquisa, da formação profissional, do processo de aprendizagem ao longo da vida e da criação de condições para o desenvolvimento dos países e das regiões.” (PEREIRA; PASSOS, 2015, p. 66), uma vez que “representa uma

intencionalidade de favorecer a inter-relação de culturas, de atividades e de conhecimentos” (PEREIRA; PASSOS, 2015, p. 52).

Assim sendo, se a leitura do conceito de Pereira e Passos (2015) for realizada pelo viés da concepção de Azevedo e Catani (2013), poder-se-ia considerar que a solidariedade entre as universidades fortalece o desenvolvimento das nações sem necessariamente estimular a competitividade entre elas. Almeida Filho (2016, p. 26) parece também concordar com a perspectiva da leitura aqui sugerida:

A recriação da universidade pelos valores da tradição inovadora (aqui não se trata de um oxímoro, e sim de uma dialética) dessa peculiar instituição histórica somente será alcançada por meio de propostas realistas e ações concretas, fundamentadas em marcos conceituais que compreendem o caráter socialmente transformador da educação superior. Nisto, uma internacionalização solidária será crucial, constituindo redes de apoio mútuo formadas por instituições de conhecimento e de produção intelectual que compartilham o legado milenar das universidades.

Dessa forma, a afirmação de Morosini (2006, p. 18) de que “a internacionalização é marca das relações entre as universidades” se constitui em um alerta, em tempos de crise pluridimensional, acelerada globalização e mercantilização da educação, para que a comunidade acadêmica enxergue na internacionalização universitária não apenas uma quarta missão (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012), mas também reflexões sobre futuro da universidade.

### *Universidade de Integração Internacional*

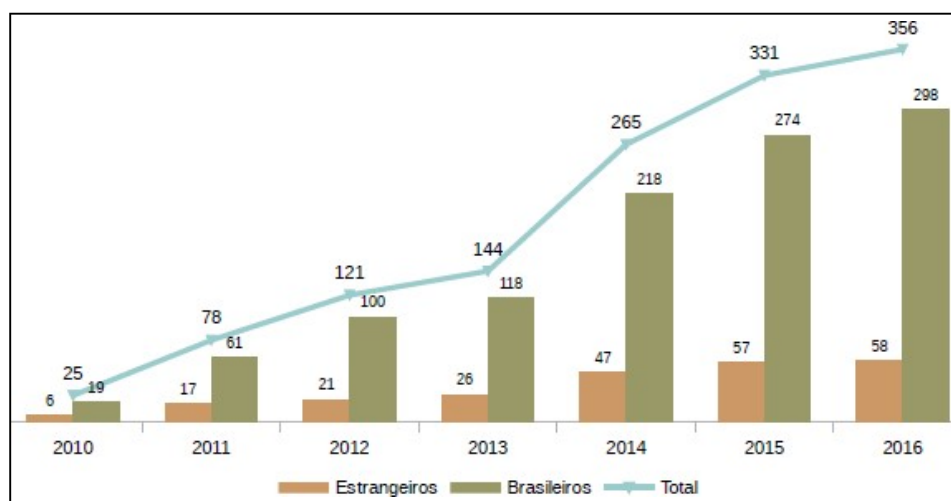
A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) foi concebida com base nos princípios de cooperação solidária e se apresenta “como possibilidade de um espaço privilegiado para a formação de estudantes atrelada à discussão crítica dos modelos de desenvolvimento e, também, de internacionalização no contexto da Educação Superior” (MENEGHEL; AMARAL, 2016, p. 30). Exemplifica, dessa forma, um modelo de universidade declaradamente calcado na interculturalidade e na integração internacional.

A UNILA, criada pela Lei nº 12.189/2010, com sede na cidade de Foz do Iguaçu (PR), está localizada na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, organiza-se em institutos interdisciplinares e tem como objetivo:

[...] ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. (BRASIL, Art. 2º, 2010).

Para que essa vocação internacional da UNILA seja concretizada, a Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINT), unidade administrativa responsável por estabelecer estratégias relativas à internacionalização, atua nos seguintes eixos: acordos internacionais; apoio ao estrangeiro; certificação e promoção de idiomas; mobilidade acadêmica; missões internacionais; e seleção internacional.

Como uma de suas estratégias para consolidar a integração internacional, a legislação dessa Instituição de Ensino Superior (IES) prevê que seu corpo acadêmico (docente e discente) seja formado por até metade de indivíduos dos países parceiros. E já é possível observar o objetivo e a missão sendo cumpridos ao se analisar o número de professores, efetivos e temporários, e de estudantes, de variadas nacionalidades, matriculados na graduação, entre 2010 e 2016, e na pós-graduação *stricto sensu*, entre 2014 e 2016.



**Gráfico 1.** Número de docentes  
Fonte: PROPEGE/UNILA (2016).

Dos 356 docentes (Gráfico 1), há 339 efetivos e dezessete temporários. O número crescente de professores brasileiros e estrangeiros vinculados à IES dá validade à expansão da UNILA, a qual iniciou com seis cursos de graduação e hoje oferece 29, e à busca pela integração internacional. Esse crescimento pode também ser avaliado como um reflexo da existência de estratégias planejadas e de congruência entre os professores envolvidos, o que explica melhores resultados nas ações de internacionalização (BORGES; AMAL, 2016).

**Tabela 1.** Número de estudantes matriculados na graduação por nacionalidade/ano

Nacionalidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	*2016	Total
<b>Brasileiros</b>	25	69	115	3	293	689	790	1984
<b>Paraguaios</b>	17	35	52	0	84	108	119	415
<b>Argentinos</b>	6	6	8	0	16	19	20	75
<b>Uruguaios</b>	2	11	13	0	17	7	2	52
<b>Peruanos</b>	0	7	38	0	1	7	14	67
<b>Chilenos</b>	0	0	2	0	2	31	12	47
<b>Bolivianos</b>	0	10	22	0	11	31	12	86

<b>Colombianos</b>	0	0	25	0	26	13	72	136
<b>Equatorianos</b>	0	0	38	0	7	14	8	67
<b>Venezuelanos</b>	0	0	15	0	0	4	4	23
<b>Salvadorenhos</b>	0	0	4	0	0	7	10	21
<b>Haitianos</b>	0	0	0	0	0	61	10	71
<b>Panamenhos</b>	0	0	0	0	0	0	2	2
<b>Cubanos</b>	0	0	0	0	0	0	4	4
<b>Guatemaltecos</b>	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>Dominicanos</b>	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>Costarriquenhos</b>	0	0	0	0	0	0	3	3
<b>Franceses</b>	0	0	0	0	1	0	0	1
<b>Total</b>	50	138	332	3	458	991	1084	3056

\* 2016: Dados parciais, referentes ao 1º quadrimestre.

Fonte: PROPEGE/UNILA (2016).

Ao longo dos sete anos de vida da UNILA, além dos brasileiros, estudantes de 16 nacionalidades da América Latina se matricularam em cursos de graduação, totalizando 1984 brasileiros e 1072 estrangeiros (Tabela 1). Essa integração internacional, delineada pela estratégia de estudantes estrangeiros matriculados na graduação, pode ser percebida também nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, os quais tiveram início em 2014.

**Tabela 2.** Número de estudantes matriculados na pós-graduação por nacionalidade/ano

<b>Nacionalidade</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>*2016</b>	<b>Total</b>
<b>Brasileiros</b>	17	20	45	82
<b>Paraguaios</b>	3	1	2	6
<b>Argentinos</b>	3	1	0	4
<b>Uruguaios</b>	1	2	8	11
<b>Peruanos</b>	0	3	4	7
<b>Chilenos</b>	0	2	1	3
<b>Colombianos</b>	0	3	5	8
<b>Mexicanos</b>	1	2	1	4
<b>Nicaraguenses</b>	0	1	0	1
<b>Equatorianos</b>	0	0	2	2
<b>Salvadorenhos</b>	0	0	1	1
<b>Bolivianos</b>	0	0	1	1
<b>Total</b>	25	35	70	130

\* 2016: Dados parciais, referentes ao 1º quadrimestre.

Fonte: PRPPG/UNILA (2016).

Em apenas três anos, estudantes de 11 países latino-americanos, incluindo o Brasil, matricularam-se em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, totalizando 82 brasileiros e 48 estrangeiros (Tabela 2), o que proporciona uma intensa troca de informações e experiências.

Além dessa modalidade de internacionalização, baseada na formação integral no exterior, a PROINT também passou a estimular a partir de 2013 o intercâmbio do corpo acadêmico, enviando docentes e discentes a outras IES.

**Tabela 3.** Número de Intercambistas

	2013	2014	2015	*2016	Total
<b>Docentes</b>	0	0	6	-	6
<b>Discentes</b>	2	12	31	-	45
<b>Total</b>	2	12	37	-	51

\* 2016: Dados não consolidados.  
Fonte: PROINT/UNILA (2016).

Nos destinos dos 51 intercambistas da UNILA de 2013 a 2015 (Tabela 3), encontram-se, além das IES latino-americanas, universidades de países como: Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, China, Hungria, Itália e Espanha.

Fora as estratégias voltadas para a mobilidade, vale salientar ainda que os estudantes matriculados na UNILA encontram uma universidade oficialmente bilíngue, uma vez que esta IES, segundo Meneghel e Amaral (2016, p. 34),

[...] não apenas admite o português e espanhol como línguas oficiais do seu espaço acadêmico, permitindo que os membros da comunidade utilizem aquele que lhe parecer mais confortável, como também fez obrigatório que os estudantes brasileiros frequentem ao menos dois semestres de Língua Espanhola, e que os falantes do espanhol cumpram dois semestres de Língua Portuguesa.

E mais, por meio de estruturas curriculares fundamentadas nos princípios de seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2017 – interdisciplinaridade, interculturalidade, bilinguismo, plurilinguismo, integração solidária e gestão democrática – os cursos implantados até o momento na UNILA apontam efetivamente para o diálogo entre áreas do conhecimento voltadas à integração latino-americana e, por conseguinte, ao desenvolvimento regional (MENEGHEL; AMARAL, 2016).

Verifica-se esse diálogo nas próprias denominações e também nos eixos fundamentais dos 29 cursos de graduação oferecidos pela IES. Como exemplos: ‘Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana’; ‘Relações Internacionais e Integração’; ‘Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento’; ‘Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina’. O mesmo ocorre com os cinco cursos de pós-graduação *stricto sensu*, como é o caso do Mestrado ‘Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos’ e em ‘Integração Contemporânea da América Latina’.

Assim, ora centrada na mobilidade acadêmica de docentes e discentes, ora voltada para uma estrutura curricular interdisciplinar e integrativa, a realidade da UNILA demonstra que

[...] o objetivo da integração não é apenas retórico, não constitui mero discurso vazio, pois a existência de uma nação única habita o imaginário social dos povos latino-americanos desde o período da independência, embora tenham prevalecido as



divergências e os separatismos. Mas não é somente olhando para trás, em busca de raízes e razões de uma identidade comum, para se justificar a integração, que se alcançará este objetivo, e sim lançando o olhar para o futuro, que precisa e pode construir o destino comum. Se o passado não expõe com nitidez os traços da identidade, é olhando para o futuro que se pode afirmar esta identidade e unidade. Assim, compartilha-se da visão de Darcy Ribeiro, para quem a América Latina, mais que uma entidade sociocultural, é uma vocação, uma promessa. (CORAZZA, 2010, p. 87).

Nessa perspectiva, a fim de que o modelo de universidade de integração internacional, a exemplo da UNILA, possa ser replicado nos países latino-americanos, o olhar para o futuro promove reflexões sobre a necessidade de um trabalho docente cosmopolita. Este deverá não apenas ser voltado ao plurilinguismo e ao estudo de diversas culturas e economias, mas também ser norteado por uma sensação de pertencimento ao global, sem deixar de dialogar com o local, numa contínua ação em que o docente demonstre disposição de alma e empatia. Ademais, a postura cosmopolita do docente estimula o *network*, “uma prerrogativa decisiva para a internacionalização das IES” (BORGES; AMAL, 2016, p. 20).

## **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014-2024**

O sucesso da (re) invenção de uma universidade de integração internacional, protagonizado pela UNILA, coincidiu com o movimento de expansão, por meio de políticas públicas, do acesso à Educação Superior no Brasil. Dentre os programas que implementaram estas políticas, destaca-se o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que compreende as seguintes diretrizes:

[...] expansão de matrículas, em especial no turno noturno; diversificação das modalidades de graduação, com novos itinerários curriculares; mobilidade estudantil ampla; articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; programas de inclusão social e assistência estudantil; expansão da pós-graduação articulada à renovação pedagógica da educação superior. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p. 129)

Confirma-se, com isso, que a abundância e a qualidade do fruto na colheita decorrem dos cuidados com a sementeira. E é, justamente, por meio desse plantio consciente – conhecer a terra, plantar a semente e colher os frutos – que se terá mais clareza dos desafios e se poderão superar cenários caóticos (CURY, 1998).

Daí a compreensão de que a sementeira de diretrizes, metas e estratégias em um plano possa contribuir para uma colheita profícua na área educacional de uma nação em tempos de crise. Esse entendimento é que motiva o estudo do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, sancionado pela Lei nº 13.005/2014, em curso no Brasil, e previsto na Constituição Federal de 1988 (CF/88) em seu artigo 214:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas [...] (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). (BRASIL, 1988, p. 123).

Uma vez estabelecido e elaborado, o Plano, que passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação (SNE), com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para seu financiamento, poderá guiar a ação do governo no atingimento de metas prioritárias e setoriais. Ademais, a Lei nº 13.005/2014 propõe instrumentos para viabilizar o monitoramento contínuo e a avaliação periódica da execução do PNE, definindo em seu Art. 5º quatro instâncias responsáveis por tais atos: Ministério da Educação (MEC), Comissões de Educação da Câmara e do Senado, Conselho Nacional de Educação (CNE) e Fórum Nacional da Educação (FNE).

Se o PNE, portanto, constitui “o marco inicial de um processo que se desenvolverá por dez anos, com o potencial de trazer significativos avanços para a educação brasileira” (BRASIL, 2014, p. 26), justifica-se a identificação dos conceitos de internacionalização da Educação Superior no PNE, à luz do modelo de universidade concebido com a UNILA, para que se possa compreender se a elaboração de tal documento contribuirá de forma efetiva para a sobrevivência da universidade do futuro, caracterizada aqui como universidade de integração internacional.

#### *Diretrizes, Metas e Estratégias.*

O PNE 2014-2024 apresenta dez diretrizes, vinte metas e 254 estratégias que orientam a execução e o aprimoramento de políticas públicas educacionais. O Art. 2º da Lei nº 13.005/2014 fixa as seguintes diretrizes:

I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV – melhoria da qualidade da educação; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX – valorização dos (as) profissionais da educação; X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014, p. 32)

À luz dessas diretrizes, as quais ampliam o olhar sobre os desafios na educação brasileira, a internacionalização se revela na “promoção humanística, científica, cultural e

tecnológica do País” e se torna possível no “estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação (...) que assegure atendimento às necessidades de expansão”. Além disso, para que as ações de internacionalização possam obter êxito e contribuir para “melhoria na qualidade da educação”, faz-se premente a “valorização dos (as) profissionais da educação”, pois são eles e os estudantes os protagonistas de todo o processo.

Posto dessa forma, vislumbra-se com a elaboração do PNE o compromisso com o desenvolvimento de ações articuladas, orientadas por metas e estratégias, em prol de programas que visem à internacionalização da Educação Superior, uma vez que tais diretrizes, em seu conjunto, conduzem à compreensão de que não se pode imaginar projetos de cooperação internacional, por exemplo, sem ao menos, de maneira paralela, criar mecanismos nacionais de universalização da educação e de construção da cidadania.

As vinte metas do PNE, de acordo com seus temas, organizam-se em cinco grupos, os quais poderiam ser identificados pelas seguintes palavras-chave: Educação Básica; Educação Especial; Professores; Educação Superior; Investimentos. Visto assim, fortalece-se a percepção de que este PNE abrange o trabalho docente e todos os níveis de ensino, bem como os meios financeiros para se conquistar a melhoria na qualidade e ampliação da educação no Brasil.

**Quadro 1.** Metas da Lei nº 13.005/2014

Metas do PNE			
I	1	Educação infantil	Metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.
	2	Ensino fundamental	
	3	Ensino médio	
	5	Alfabetização das crianças	
	6	Tempo integral	
	7	Qualidade da educação básica / Ideb	
	9	Erradicação do analfabetismo	
	10	Educação de jovens e adultos	
	11	Educação profissional técnica de nível médio	
II	4	Educação Especial	Metas relativas à redução das desigualdades e à valorização da diversidade.
	8	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos	
III	15	Formação dos profissionais da educação	Metas relativas à valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas.
	16	Formação, em nível de pós-graduação, dos professores da educação básica.	
	17	Equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.	
	18	Planos de carreira para profissionais da educação básica e superior pública	
IV	12	Acesso à educação superior	Metas relativas à Educação Superior.
	13	Qualidade da educação superior / Titulação do corpo docente	
	14	Acesso à pós-graduação <i>stricto sensu</i> / Ampliação do número de titulados	

V	19	Gestão democrática da educação	Metas relativas à gestão e a investimentos em educação.
	20	Investimento público em educação pública	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da Lei do PNE (BRASIL, 2014).

Acesso, qualidade, titulação e ampliação são palavras que resumem os temas correspondentes às metas do PNE que tratam especificamente da Educação Superior (Quadro 1). As Metas 12, 13 e 14 apresentam 45 estratégias, as quais trazem ações bem definidas quanto à internacionalização universitária, seja protagonizada pela comunidade acadêmica, seja conduzida pelas IES.

### Quadro 2. Meta 12 da Lei do PNE

	Tema	Meta
12	Acesso à Educação Superior	Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

Fonte: BRASIL (2014).

A Meta 12 (Quadro 2), vinculada ao acesso à Educação Superior, estabelece 21 estratégias prioritárias; uma delas aborda de forma direta a internacionalização: 12.12 “consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional”. Esta estratégia reforça a ideia de que no centro do conceito de internacionalização se encontra a mobilidade acadêmica.

Segundo Stallivieri (2012, p. 17),

[...] a mobilidade de estudantes, professores e de gestores intensifica (...) os laços transnacionais, estabelecendo conexões e criando redes de saber universal. Essas redes aproximam as comunidades científicas de diferentes partes do planeta, reforçando a premissa de que é no seio da universidade que devem ocorrer os grandes avanços científicos e tecnológicos e a efetiva integração. Confere-se autoridade para tomada de decisões e ouve-se a comunidade científica universitária, pois está intrínseca na vida acadêmica a dimensão internacional que ela deve ter.

Compreende-se, pois, na nossa modernidade que a simpatia espontânea entre indivíduos, potencializada pela mobilidade do corpo acadêmico, faz cair obstáculos muitas vezes artificiais decorrentes da complexidade organizativa e estrutural das universidades (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

Enfatiza-se, ainda, a defesa de que não só o estudante deve se abrir ao global, mas também que o trabalho docente se norteie de forma consciente pela postura cosmopolita na ampliação de *network* internacional. Logo, cabe ao docente em seu trabalho guiar-se pela

centralidade da mobilidade acadêmica e construir relações estratégicas e congruentes com seus pares, quer por meio de projetos de cooperação entre universidades, quer pela produção científica em periódicos nacionais e internacionais.

**Quadro 3.** Meta 13 da Lei do PNE

	<b>Tema</b>	<b>Meta</b>
13	Qualidade da Educação Superior / Titulação do corpo docente	Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores.

Fonte: BRASIL (2014).

A Meta 13 (Quadro 3), associada à melhora da qualidade da Educação Superior e à titulação do corpo docente, traz consigo nove estratégias; uma delas, em especial, permite a reflexão acerca de um conceito de internacionalização fundamentado no modelo de universidade de integração internacional.

Esta estratégia, a 13.7, propõe “potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Dessa forma, a internacionalização, enquanto quarta missão (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012), além de mobilizar a universidade para o cumprimento de objetivos específicos, como a mobilidade e a integração por meio de cooperação internacional, assegura a visibilidade global de atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas localmente.

**Quadro 4.** Meta 14 da Lei do PNE

	<b>Tema</b>	<b>Meta</b>
14	Acesso à pós-graduação <i>stricto sensu</i> / Ampliação do número de titulados	Elevar gradualmente o número de matrículas na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.

Fonte: BRASIL (2014).

A Meta 14 (Quadro 4), voltada à Pós-graduação *stricto sensu* e à ampliação do número de titulados, alinhada nesta questão à Meta 13 (Quadro 3), apresenta, por sua vez, quinze estratégias; entre elas há pelo menos quatro destinadas a políticas de internacionalização. É possível identificar, nas estratégias, objetivos relativos à internacionalização já elencados por Santos e Almeida Filho (2012), como a criação de redes temáticas, o fortalecimento de grupos de pesquisa e o intercâmbio internacional entre instituições.

O objetivo de “reforçar projetos conjuntos e integrados” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p. 145) surge na estratégia 14.9: “consolidar programas, projetos e ações que

objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa”. Em seguida, o objetivo de “dar maior dimensão às suas atividades de formação, de pesquisa e de inovação” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p. 145) aparece na estratégia 14.10: “promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão”.

As estratégias 14.9 e 14.10, bem como a 12.12 e a 13.7, são fundamentadas nos princípios da cooperação solidária. Por outro lado, nas estratégias seguintes, o sentimento contraditório entre o solidário e o competitivo (AZEVEDO; CATANI, 2013), presente no conceito de internacionalização no atual cenário globalizado e mercantilista, ganha espaço: 14.11 “ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica”; 14.13 “aumentar qualitativamente e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do país e a competitividade internacional da pesquisa brasileira”.

Dessa forma, mesmo que a abordagem estimule sentimentos contraditórios, as estratégias apresentadas pela Meta 14 do PNE parecem indicar prioridades no que se refere a políticas públicas para o setor da Educação Superior, em especial o da pós-graduação *stricto sensu*. Para Oliveira e Dourado (2016, p. 1345),

A questão da internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, da ampliação do intercâmbio científico, da ampliação da produção, da formação de recursos humanos pós-graduados, da articulação e cooperação com as empresas para aumentar a competitividade e da focalização na pesquisa aplicada, inovação e geração de patentes recebe centralidade.

Esta centralidade da internacionalização da Educação Superior percebida não só na Meta 14, mas também nas Metas 12 e 13, por meio de suas estratégias, corrobora com o conceito de um modelo de universidade voltado para a integração internacional, uma vez que reforça, entre outras coisas, a importância da mobilidade acadêmica e da cooperação institucional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As primeiras manifestações de internacionalização no cenário mundial aparecem com o movimento de professores e estudantes entre centros de saber (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012). A partir da constituição da universidade moderna, essa mobilidade acadêmica, descrita como um dos caminhos para se atingir a Meta 12 do PNE, revelou-se uma poderosa engrenagem universitária no contexto globalizado atual. Por um lado, a mobilidade decorre do desejo de complementação nos estudos em diferentes níveis e concepções de formação; por outro, proporciona experiências que tornam o indivíduo apto a

compreender a interculturalidade e, conseqüentemente, a desenvolver a empatia (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

Logo, sem essa mobilidade intencional que, segundo Santos e Almeida Filho (2012), abrange os membros de todos os corpos da comunidade universitária (estudantes, professores, investigadores e técnicos) e se organiza conforme determinados modelos (mobilidade *stricto sensu*; a dupla titulação; formação *sandwich*, em cotutela e integral no exterior; diplomas conjuntos), as demais estratégias que compõem a Meta 14 do PNE perdem força, uma vez que se considere o conjunto delas como sendo uma segunda engrenagem, a da integração internacional por meio da cooperação institucional.

Assim, como as engrenagens operam aos pares, o conceito da integração internacional e a mobilidade acadêmica são a principal perspectiva de internacionalização da Educação Superior no PNE. É, pois, a partir da mobilidade, de projetos integrados, do incentivo à atuação em rede e aos grupos de pesquisas, do intercâmbio científico e cultural, do fortalecimento regional, que se vislumbra o novo modelo de universidade de integração internacional.

Além disso, é preciso estar atento ao jogo dialético entre o local e o global intrínseco às discussões da academia, para que a produção do conhecimento e a formação nas Universidades (Federais) de Integração Internacional não somente se voltem para o desenvolvimento econômico global, mas também se constituam de relevante instrumento no contexto regional e nacional (DIAS SOBRINHO, 2005).

Visto assim, o impacto da globalização nas funções da educação conduz a um estudo reflexivo acerca de novos modelos de universidade, nos quais a internacionalização da Educação Superior figure como quarta missão, e, por conseguinte, da necessidade de um trabalho docente cada vez mais cosmopolita.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: *colleges vs. Vikings*. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 32, n. 32, jul. 2016. ISSN 1646-401X. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index/php/rleducacao/article/view/5508>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

AZEVEDO, Mario Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. Educação superior, internacionalização e circulação de ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 38, n. 2, p. 273-291, mar. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/26103>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BORGES, Gustavo da Rosa; AMAL, Mohamed. Internacionalização de cursos stricto sensu: uma investigação sobre a distância psíquica e as praticas adotadas. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v. 9, p. 260-281, maio 2016.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em 20 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm)>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série Legislação, n. 125). ISBN: 9788540202450.

CORAZZA, Gentil. A Unila e a integração latino-americana. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 3. São Paulo, IPEA, p. 79-88, jul. 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação: duas formulações. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 104, p. 162-180, jul. 1998.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 164-173, 2005.

MENEGHEL, Stela; AMARAL, Joana. Universidades internacionais na contracorrente. As propostas da UNILA e da UNILAB. **Universidades**, v. 67, n. 67, p. 25-40, jan./mar. 2016.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da Educação Superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 28, p. 107-124, 2006.

OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. A educação superior no Plano Nacional de Educação (2014-2024): expansão e qualidade em perspectiva. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/BR, 24., 2016, Maringá. **Anais do...** Maringá: UEM, 2016. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/Anais\\_textos\\_completos.pdf](http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/Anais_textos_completos.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A universidade da modernidade nos tempos atuais. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 29-52, mar. 2009.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; PASSOS, Rogério Duarte Fernandes dos. A internacionalização de Instituições de Ensino Superior: uma perspectiva sobre a mobilidade estudantil. In: PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; HEINZLE, Marcia Regina Selpa



(Org.). **Internacionalização na educação superior**: políticas, integração e mobilidade acadêmica. Blumenau: Edifurb, 2015. 280 p. ISBN 9788571142299.

RIEDO, Cássio Ricardo Fares; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. O processo de Bolonha e suas consequências na Itália. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 9, n.esp., p. 29-49, nov. 2007. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/726>>. Acesso em: 18 fev. 2017.  
doi:<https://doi.org/10.20396/etd.v9in.esp..726>.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A quarta missão da Universidade**: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. 238 p. ISBN 9788523010423.

STALLIVIERI, Luciane. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. **Educação Brasileira**: revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Brasília, v. 24, n. 48, p. 35-57, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Unila em números**. 2016. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/unila-em-numeros.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.